

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**  
**CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO**  
**BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**LUÍZA VALÉRIO DE ANDRADE**

**ÁFRICA DO SUL PÓS-*APARTHEID*:**  
**REDIMENSIONAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA E MULTILATERALISMO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Santana do Livramento

2014

LUÍZA VALÉRIO DE ANDRADE

**ÁFRICA DO SUL PÓS-APARTHEID:  
REDIMENSIONAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA E MULTILATERALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, apresentado como requisito necessário para a obtenção do Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nathaly Xavier Schütz

Santana do Livramento

2014

LUÍZA VALÉRIO DE ANDRADE

**ÁFRICA DO SUL PÓS-APARTHEID:**

**Redimensionamento da política externa e multilateralismo**

Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, apresentado como requisito necessário para a obtenção do Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nathaly Xavier Schütz

Santana do Livramento, 15 de agosto de 2014.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nathaly Xavier Schütz**

---

**Professor Msc. Rafael Balardin**

---

**Professora Dr.<sup>a</sup> Kamilla Raquel Rizzi**

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus por nos ter ajudado a superar todos os obstáculos, sem desistir.

Ao meu amado pai, por não medir esforços para que eu construísse este caminho.

À minha irmã, por “segurar as pontas” desde muito pequena para possibilitar que eu pudesse cumprir esta etapa.

À minha mãe, minha primeira e maior professora, por me fazer acreditar na educação, no aprendizado, na cultura e no conhecimento. Por me mostrar que quem faz nosso caminho somos nós mesmos. Por me ensinar o respeito pelos que nos transmitem o conhecimento. E, principalmente, agradeço por não me deixar desistir.

Agradeço aos meus avós Lúcio e Ruth, Samuel e Marlene, e aos meus tios e padrinhos amados, Sandra e José Carlos, que me incentivaram e ajudaram em todos os aspectos para que eu chegasse ao fim desta etapa.

À Camila, prima e irmã de coração, que mesmo já não estando mais aqui fisicamente, também comemorou minhas conquistas e sempre torceu por mim.

Ao Ramon, que entrou na minha vida em um dos momentos mais difíceis, e me deu força e o suporte necessário para eu ir até o fim. Que com paciência e cuidado, tornou meus dias difíceis, mais fáceis.

À minha família, pelo amor e carinho, pelo exemplo e pelo amparo. Sem vocês eu não teria chegado nem ao início.

Aos meus mestres, ao longo da vida, em especial aos queridos professores que passaram por mim ao longo da universidade, que agregaram conhecimento cada um ao seu jeito, e foram nos moldando como futuros profissionais.

Aos colegas e amigos que compartilharam bons momentos, e os de dificuldade também.

À Nathaly, querida orientadora, por ter me ajudado incansavelmente a desenvolver este trabalho. Por me ensinar tanto sobre a África e, em especial, a África do Sul. Por despertar em mim uma vontade ainda maior de estudar e desbravar este continente tão rico, e por me passar com simplicidade o seu conhecimento.

## **Dedicatória**

**Dedico aos meus pais e irmã, à minha família e ao Ramon, que me apoiaram e tornaram possível passar por cima da tristeza, dos obstáculos e das dificuldades, e sem os quais eu não teria concluído esta etapa.**



## SUMÁRIO

<b>Resumo.....</b>	<b>7</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>8</b>
<b>1-Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>2- O Contexto histórico do Apartheid e a política externa sul-africana.....</b>	<b>12</b>
2.1-O Apartheid.....	12
2.2-O redimensionamento da política externa sul-africana.....	17
<b>3- A África do Sul e as Comunidades Econômicas regionais da África Austral.....</b>	<b>23</b>
3.1 A SACU- Southern Africa Customs Union.....	24
3.2- A SADC- Southern Africa for Development Community.....	26
<b>4- A reinserção da África do Sul no continente africano.....</b>	<b>32</b>
4.1- O NEPAD- New Partnership for African Development.....	32
<b>5- As relações sul-africanas pós-Apartheid no Âmbito da cooperação Sul-Sul.....</b>	<b>38</b>
5.1- O Fórum de Diálogo Trilateral- IBAS.....	38
5.2- O grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul- BRICS.....	42
<b>6- Considerações Finais.....</b>	<b>48</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>51</b>

**RESUMO:**

Este trabalho tem o objetivo de identificar de que forma a transformação no ambiente doméstico sul-africano em consequência do *Apartheid* e as consequências nas relações internacionais do país. Em seguida, compreender o impacto do redimensionamento da política externa da África do Sul após o término do regime, e quais vias o país buscou para qualificar sua reinserção no sistema internacional, por meio da exposição de três diferentes níveis de análise, sendo eles o regional, o continental e o global.

**Palavras-chave:** África do Sul; pós-Apartheid; política externa; multilateralismo.

**ABSTRACT:**

This work aims to identify the transformation in the South-African home environment in consequence of Apartheid and the consequences in the international relations of the country. Then, to understand the impact of the resizing of the South-African foreign policy after the end the system, and what ways the country searched to qualify its reintegration in the international system, through the exposure of the three different levels of analysis: regional, continental, and global.

**Key-words:** South-Africa; Postapartheid; foreign policy.

## 1- INTRODUÇÃO

O processo de inserção da África do Sul no Sistema internacional implica na compreensão da relevância da conjuntura interna do país após o fim do *Apartheid*. O regime levava o país a uma política externa que visava a aproximação com países europeus, considerados aliados naturais do país pelas lideranças políticas sul-africanas. No entanto, com o fim do *Apartheid* houve um redimensionamento político na África do Sul. Levando-se em consideração que a situação interna do país foi reorganizada e redefinida significativamente, bem como sua atuação e postura perante o sistema internacional, entende-se que a política interna está intimamente relacionada com a política externa do Estado.

A política interna e externa de um Estado é permeada de influências recíprocas e constantes. A formação e a execução da política externa são produtos de forças manuseadas complexamente por diversos atores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos. [...] A linha tênue que separa os assuntos domésticos dos assuntos da seara externa representa o chamado "eixo de conexão" ou *linkage* na língua inglesa. O eixo de conexão de delineamento da política interna e externa traz importantes reflexões sobre o grau, a intensidade e a direção dos temas prioritários da agenda do Estado. (CASTRO, 2005 p.63)

Durante décadas a África do Sul enfrentou um severo e radical regime de segregação racial, o *Apartheid*, que além de promover mudanças profundas no povo sul-africano, também o fez com a legislação, as políticas internas e com suas relações internacionais.

Ao longo desses anos a África do Sul sofreu as consequências das medidas radicais do regime no âmbito externo, passando por um longo período de isolamento. A situação foi acentuada com o final da Guerra Fria e a perda de apoio de importantes atores.

O trabalho tem como ponto de partida a pergunta problema: “Qual o padrão de inserção da África do Sul no sistema internacional no período pós-*Apartheid*?” Como hipótese central, se adotará a mudança na conjuntura interna sul-africana a partir do fim do *Apartheid*, como fator condicionante para a inserção regional e global do país. Após o término do regime, o país passou pelo recondicionamento da política doméstica, a África do Sul passou pela revisão e o redimensionamento de sua política externa, elegendo novas prioridades e buscou mecanismos e estratégias para alcançar a normalização das relações

internacionais sul-africanas, resgatar o bom relacionamento com os países vizinhos, reinsserir-se na comunidade internacional, e buscar novos parceiros, por meio, principalmente, do multilateralismo.

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar a forma com que o regime interferiu na política externa sul-africana por meio das alterações na política interna do país, tendo em vista a conexão entre elas e a relação entre a elaboração da política internacional de um Estado com a conjuntura interna, tratando este vínculo como fator condicionante da elaboração das diretrizes das relações internacionais sul-africanas.

A identificação dos reflexos do redimensionamento da política externa sul-africana, se dará a partir da investigação de três diferentes níveis de análise, sendo eles: o nível regional, o nível continental e o nível global. Por meio desses níveis, o trabalho buscará analisar a atuação da África do Sul pós-*Apartheid* na África Austral, através da sua participação nas Comunidades Econômicas Regionais; identificar de que forma a África do Sul se posicionou diante do continente africano, em especial, por meio da criação do Nepad (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África), na sua fase de redemocratização após o regime; e compreender a reinserção internacional da África do Sul através do novo formato da sua política externa e dos novos diálogos multilaterais entre as potências emergentes, e através das relações bilaterais com o Brasil após 1994, neste contexto.

O presente trabalho tem o objetivo demonstrar a forma que a África do Sul moldou sua política externa e conduziu sua inserção internacional após o período do *Apartheid*, política oficial de segregação racial do país por décadas. Desse modo, este trabalho visa fazer uma ligação entre a política interna e a política externa do país, demonstrando que a mudança na conjuntura interna do país influencia a mudança da atuação externa.

Metodologicamente, para possibilitar a identificação, o estudo e a análise do tema se utilizará um levantamento bibliográfico e documental, considerando fontes primárias e secundárias. Por meio da investigação e análise histórica, o trabalho buscará o entendimento do padrão de inserção sul-africano a partir de um marco histórico, o fim do *Apartheid*. Além disso, será apresentada uma breve retomada histórica e conjuntural para que haja a possibilidade de entendimento da mudança da política externa da África do Sul.

Para possibilitar o entendimento das relações internacionais sul-africanas pós-*Apartheid* é necessário que se compreendam alguns conceitos, em especial os de

multilateralismo, o de regionalismo, e o de cooperação.

O multilateralismo, adotado pela África do Sul, diz respeito a relação simultânea entre vários Estados, buscando o fortalecimento e estreitamento de relação entre os mesmos.

O conceito tradicional de multilateralismo tende a ser construído em comparação com o conceito de bilateralismo. Enquanto este último se refere à relação entre dois Estados, o multilateralismo envolve necessariamente mais de dois Estados.

O bilateralismo seria a faceta dual do multilateralismo. (COUTO, 2006. p.83)

O regionalismo, conceito entendido como a relação entre países geograficamente próximos, que compartilham de interesses comuns, e fazem deste uma ferramenta para alcançar benefícios mútuos.

A cooperação, tida como arranjos de coordenação de esforços, e convergência de políticas entre países que buscam o desenvolvimento, não só econômico, mas nos mais diversos setores.

A partir da assimilação desses conceitos-chave, e da relação entre eles e a condução da política externa sul-africana, pode-se entender como a África do Sul pós-*Apartheid* construiu seu padrão de inserção internacional e, conseqüentemente compreende-se a forma que vem conduzindo sua atuação perante os demais países. Fica evidente a priorização do reestabelecimento das boas relações com países vizinhos, da aproximação com os países emergentes, da conseqüente reestabilização das suas relações internacionais e da sua reinserção no sistema internacional via integração e cooperação.

## 2- O CONTEXTO HISTÓRICO DO *APARTHEID* E A POLÍTICA EXTERNA SUL-AFRICANA

O *Apartheid* é um marco na história sul-africana. O seu entendimento é necessário para que se possa analisar este evento como fator determinante da política interna e da política externa da África do Sul, e entender a conexão entre a política doméstica e a exterior a partir deste marco histórico.

Este capítulo tem o objetivo de contextualizar o período de vigência do regime, e posteriormente, a nova era da política interna e externa sul-africana pós-Apartheid, e seus reflexos na política externa do país, nestes dois momentos distintos da sua história.

### 2.1- O Apartheid

O *Apartheid*, política de segregação racial adotado de forma oficial na África do Sul a partir de 1948, teve seu início prático muito antes desta data. Esse regime retraiu e isolou o país por décadas, e seus reflexos são sentidos até hoje, embora passado mais de duas décadas de seu fim.

A origem ideológica do *Apartheid*, de acordo com Pereira (2010), fruto da colonização dos *Boers*, grupo de pastores camponeses formados pelos descendentes dos holandeses colonizadores, que criaram identidade e língua próprias, *Afrikaner* e *Afrikans*, respectivamente. Esse grupo com o passar do tempo formou uma elite branca, que ganhou poder ao longo dos anos, e se materializou politicamente no Partido Nacional.

A partir de 1910, foram implementadas leis segregacionistas, como por exemplo o *Native Labour Act*, de 1913, que determinou que os trabalhadores urbanos fossem colocados no mesmo sistema de submissão das fazendas. Depois do *Active Labour Act*, o país foi dividido em duas partes, onde os negros (75% da população na época) ficaram com apenas 7% do território, enquanto 93% do território sul-africano ficou para a posse dos brancos (que correspondiam a apenas 10% da população). (PEREIRA, 2010)

As medidas segregacionistas foram crescendo e se tornando mais agressivas e radicais gradativamente até a consolidação do regime no ano de 1948, quando o Partido Nacional ganhou as eleições, adotando, então, oficialmente a política de segregação racial do país, denominada *Apartheid*.

Between 1948 and 1953, a serie of laws were passed to enforce differentiation

between the races in a variety of ways. Of these, the Population Registration Act of 1950 was perhaps the most noteworthy: this provided that everyone should be racially classified at birth as European, Coloured, Asian or African and constituted the cornerstone of the whole apartheid system. [...] The Group Areas Act of 1950 gave to the minister of native affairs the powers to designate which land be occupied by which race thereby to minimise their commingling. This reclassifying of land often resulted, in subsequent years, in breaking up established communities in a harsh and arbitrary manner. In 1949 and 1950, the Mixed Marriages and Immorality Act respectively prohibited marriage and sexual relations between White and non-White.[...] The Suppression of Communism Act of 1951, the General Law Amendment Act of 1963 and the Terrorism Act of 1968 all gave the authorities substantial powers over freedom of the person, which only the brave or foolhardy were willing to flout.

1

(FARLEY, 2008. p. 43,44)

A política externa sul-africana durante o *Apartheid*, principalmente na década de 1960 foi de aproximação com os países brancos, que no entendimento dos líderes do regime seriam seus aliados naturais. Além disso, durante o período as lideranças do país consideravam que possuíam valores brancos, sendo assim, uma civilização branca no continente africano. No mesmo período, em relação aos países vizinhos, a política externa sul-africana era basicamente defensiva e reativa. De forma geral, o objetivo da política externa do país era a manutenção do regime.

"O Partido Nacional Purificado assumiu o poder e desenvolveu um Estado com as mais sofisticadas técnicas de políticas segregacionistas. Todo o sistema jurídico foi arquitetado para a execução do projeto de nação africânder. A evolução desses mecanismos políticos gradativamente consolidou o domínio político dos africânders, hegemonia que na década de 1960 se expandiu para a esfera econômica. Todavia, os fundamentos dessa hegemonia consolidada na década de 1960 entraram em crise a partir da década de 1970 devido às

---

1 "Entre 1948 e 1953 uma série de leis foram aprovadas para reforçar a diferença entre as raças de várias maneiras. Destas, a Lei de Registro da População de 1950 foi a mais notável: nesta, ordenava que todos fossem racialmente classificados no nascimento como europeus, mestiços, asiáticos ou africanos, e essa constituía a peça base de todo o sistema do *Apartheid*.[...] A Lei do Grupo de Áreas, de 1950, deu ao Ministro de Assuntos Nativos o poder de designar quais terras deveriam ser ocupadas por quais raças. Esta reclassificação de terra, muitas vezes resultou, nos anos seguintes, na quebra de comunidades estabelecidas de forma dura e arbitrária. Em 1949 e 1950, a Lei de Casamentos Mistos e Imoralidade, respectivamente, proibiram o casamento e a relação sexual entre brancos e não brancos. [...] A Lei de Supressão ao Comunismo, de 1951, o Ato de Emenda da Lei Geral, de 1963, e a Lei do Terrorismo, de 1968, deram às autoridades poderes substanciais sobre a liberdade da pessoa, que somente os corajosos ou imprudentes desrespeitariam." (Tradução nossa.)

contradições sistêmicas do aparato segregacionista — com a segregação de maior parte da mão de obra a economia estagnou — e também pela conjuntura política regional. Política e economia entraram em rota de colisão na África do Sul, e os africânders aplicaram todo o aparato militar do Estado para evitar o choque. O efeito foi inverso: a repressão africânder impulsionou a escalada da violência e o agravamento da crise do sistema [...]" (BRAGA, 2011. p, 71)

Uma das leis elaboradas nesse período reforçava a justificativa ideológica que os líderes do Apartheid sustentavam diante dos países ocidentais. O *Suppression Communism Act*, de 1950, reafirmava a tentativa de contenção do comunismo, como objetivo do regime perante o mundo. Em tempos de Guerra Fria, onde o mundo foi bipolarizado entre socialismo e capitalismo, e onde havia por parte dos países capitalistas uma luta ideológica ferrenha anticomunista, a justificativa do governo sul-africano fez com que os Estados Unidos, entre outros países, apoiassem o *Apartheid*.

O presidente Piether Botha (1978–1989) arquitetou tímidas medidas de afrouxamento do regime. No entanto, foi fortemente repreendido por membros do Partido Nacional. No ano de 1979, legalizou os sindicatos negros; em 1984, houve a criação do parlamento negro e indiano; em 1985, a abolição do *Prohibition of Mixed Marriages Act*. Essas reformas, embora pequenas, eram significativas, não agradavam a nenhum dos lados, que se sentiam desconfiados.

Embora Botha tentasse mostrar uma relativa flexibilização do regime, iniciando uma lenta conversação com os líderes do Congresso Nacional Africano (CNA), que ainda estavam presos, na tentativa de "acalmar os ânimos" da população, o presidente tentava mostrar firme em suas convicções de repressão e manutenção do Apartheid dentro do Partido Nacional e do seu governo.

No entanto, o isolamento político internacional e retraimento começaram a dar sinais de alerta ao Estado sul-africano na década de 1980. O “país de civilização europeizada” na África, que não mantinha boas relações com os vizinhos, começa a sentir as pressões internacionais, uma delicada situação econômica do país, além das tensões internas. (VISENTINI, 2010)

O fim da Guerra Fria foi um dos fatores que impulsionaram o caminho para o fim do *Apartheid*. Com o término da Guerra Fria, a perda do apoio estadunidense ao regime foi apenas uma das consequências, já que sem o apoio dos EUA e de outras potências

ocidentais, a pressão internacional de ONGs, governos, atores intergovernamentais e não-governamentais aumentaram, reafirmando a questão de violação aos direitos humanos. Além disso, ainda antes do término da Guerra Fria, a Organização das Nações Unidas (ONU) começou a repreender e condenar o regime, e sanções também foram impostas por diversos países, inclusive pelo Brasil (PENNA, 2001). Essa soma de fatores influenciaram significativamente a política interna e externa sul-africana.

Em 1989, o governo sul-africano assimila, de fato, o risco que já havia sido sentido, de uma estagnação econômica, e uma crise política e social no país. A África do Sul passa a se reaproximar da África Austral, antes menosprezada pelo governo sul-africano, e foco de tensão e conflitos, que vai paulatinamente, com o passar dos anos, se tornando uma região mais pacífica e uma relevante área de cooperação.

Botha, presidente sul-africano que representava, de certa forma, um obstáculo para a viabilidade das negociações com os líderes de oposição ao regime, renunciou ao cargo alegando sérios problemas de saúde. No mês de agosto de 1989, o então Ministro e presidente do Partido Nacional, Frederik W. De Klerk assume a presidência da África do Sul. Em 2 de fevereiro de 1990, tem-se o início de uma nova fase do Apartheid, quando em um discurso, o Presidente anuncia mudanças em pontos cruciais para o país. Anunciou a libertação de presos políticos, inclusive Nelson Mandela (preso durante 27 anos), a legalização dos partidos políticos de oposição que haviam sido banidos e ilegalizados, a negociação de uma nova Constituição para o país, e a revogação de algumas leis do regime.

No ano de 1992 De Klerk organizou um plebiscito com a finalidade de consultar a população branca a respeito das reformas políticas do país, já que as críticas por parte da ala conservadora do Partido Nacional continuavam. No resultado da consulta, 69% da população apoiou as intenções de reforma do presidente. Depois do plebiscito, o próximo passo e indiscutível marco na história da África do Sul, foram as eleições marcadas para o mês de abril de 1994, esta a primeira eleição multirracial do país. Após marcadas as eleições, em outubro de 1993, Nelson Mandela e Frederik De Klerk receberam o Prêmio Nobel da Paz, como reconhecimento pela dedicação e aos esforços de ambos para que o fim do *Apartheid* e o período de transição fosse negociado e se desse de forma pacífica.

Nas eleições de abril de 1994, a primeira vez em que negros e brancos ocuparam as

mesmas filas para escolher seu governante, e votam em igualdades de condições, Mandela foi eleito o primeiro presidente negro da África do Sul, terminando, assim, com séculos de dominação da minoria branca sobre a extrema maioria negra sul-africana. Contudo, as eleições não mudam totalmente a realidade econômica e social do país, que ainda permaneceu com a concentração do poder econômico nas mãos da elite branca, bem como ainda há discriminação racial.

O fim das legislações que regiam o *Apartheid*, juntamente à eleição de Nelson Mandela, a instituição de uma nova Constituição do país, marcam o fim do chamado período de transição e o início da democracia no país.

Postapartheid South Africa has had two constitutions. The first was the 1993 interim constitution, which established the framework for the transition and the initial years of the new state and came into effect following the elections on April 27, 1994. In 1996, a new "final" constitution was ratified (effective February 1997), entrenching many of the provisions of the interim version, although it made some important changes. (BAUER; TAYLOR, 2005. p.249)<sup>2</sup>

A nova Constituição, livre da política oficial de segregação racial, estabelecida constitucionalmente anteriormente, foi a base legal para o estabelecimento da democracia na África do Sul. A restauração dos direitos para as raças que os haviam perdido décadas antes, passou a ser mais um dos legados do fim do *Apartheid*. Embora na prática ainda existam restos desta segregação por parte da sociedade, legalmente, a África do Sul passou a ser um Estado democrático.

Após assumir a presidência, Mandela centralizou em sua figura os assuntos referentes à agenda política internacional do país, voltando seus esforços para reestabelecer e estabilizar as relações internacionais sul-africanas, enquanto seu vice, Thabo Mbeki, ficou encarregado do funcionamento e controle do aparelho de governo, e dos assuntos internos.

Após a desativação do regime, a África do Sul, iniciou uma reestruturação e adequação das suas políticas internas e uma profunda mudança nas suas relações

---

2 “A África do Sul pós-Apartheid passou por duas constituições. A primeira foi uma constituição interina no ano de 1993, que estabeleceu o quadro para a transição e os anos iniciais do novo Estado, e que entrou em vigor após as eleições de 27 de abril de 1994. Em 1996, uma nova constituição “final” foi ratificada (e efetivada após fevereiro de 1997), consolidando muitas das previsões da versão provisória, embora tenha feito algumas mudanças importantes.” (Tradução nossa.)

internacionais. O agora Estado democrático, tornou-se líder do "Renascimento Africano", que em um futuro próximo viria a ser uma importante forma de cooperação e multilateralismo; ampliou e fortaleceu seus laços com países de economias também emergentes, possibilitando o diálogo Sul-Sul; estruturou uma política externa de proximidade com os vizinhos da África Austral e de todo continente africano; e projetou-se internacionalmente, possibilitando sua reintegração à comunidade internacional.

## **2.2- O Redimensionamento da política externa sul-africana**

Como foi visto na seção anterior, a política externa da África do Sul na era do *Apartheid* era basicamente reativa, e com vínculos cada vez mais limitados.

A própria "Estratégia Nacional Total" é uma prova dessa política externa que refletia a gestão interna do país, sendo essa uma doutrina adotada pelo presidente P. Botha, em que aliava, externamente, intervenção militar (principalmente nos países vizinhos na África Austral) e, internamente, forte repressão. A Estratégia Nacional Total tinha por objetivo combater os Países da Linha de Frente (FLS, sigla em inglês para *Front Line States*) (GALLAS, 2007), sendo eles: Angola, Botsuana, Lesoto, Moçambique, Tanzânia Zâmbia e Zimbábue, países estes que almejavam estabelecer governos de maioria negra no continente africano.

Com a presidência nas mãos de Frederik De Klerk, sucessor de P. Botha, algumas medidas de afrouxamento foram sendo paulatinamente adotadas e com isso, a sinalização de que a política externa também poderia tomar novos rumos. Enquanto ainda vigorava o *Apartheid* as pressões internacionais contra o regime, e as sanções imposta ao país aumentaram, a economia estava estagnada, muito em função dessas sanções, e a situação interna do país também era frágil, violenta e tensa. Esses fatos, somados à mudança do cenário internacional, levaram De Klerk em 2 de fevereiro de 1990, a anunciar medidas para amenizar a situação interna, a possibilitar a retomada gradativa do crescimento do país e motivar o fim às sanções internacionais.

Com a legalização dos partidos de oposição, uma das medidas tomadas por De Klerk, entre 1990 e 1994, O Congresso Nacional Africano (CNA), se estruturou diversas vezes. Mandela, assumiu o comando do partido em 1991, e com isso passa a conduzir os debates do partido tanto em âmbito interno quanto perante a comunidade internacional

sobre as questões mais alarmantes e fundamentais, visando as perspectivas futuras do país, entre elas a reforma constitucional, as questões tangentes à economia do país, as eleições e as sanções internacionais. Com isso, nota-se a necessidade da readequação e do redimensionamento da política externa, a partir da perspectiva de mudança da condição política interna do país. (GALLAS,2007)

O período de transição foi marcado por negociações e por busca de apoio para ambas as partes: de um lado, ainda como situação, Frederik De Klerk e o Partido Nacional; do outro lado, a oposição (agora legal), Nelson Mandela, e o Congresso Nacional Africano. No início da década de 1990, Mandela e De Klerk fizeram dezenas de visitas a diversos países. De forma geral, embora com estratégias diferentes, o objetivo desses líderes era o mesmo: busca de apoio da comunidade internacional para seus partidos e suas causas, e para projetar seus nomes internacionalmente.

Em outubro de 1993, o Congresso Nacional Africano publicou o texto "*Foreign Policy in a new democratic South Africa*". No texto o CNA afirma que o futuro das relações exteriores da África do Sul deveriam refletir seu comprometimento com a democracia. Ainda em 1993, Mandela, em artigo para a revista *Foreign Affairs*, já deixa clara sua preocupação e crença na integração com o continente africano, sua crença de que o desenvolvimento econômico sul-africano estaria diretamente relacionado com a promoção da cooperação em âmbito regional e internacional, a relevância das questões africanas, além de outras questões de extrema relevância para o país, que ainda estava com sua economia, política e sociedade presas pelo regime. (GALLAS,2007)

Após as eleições de 1994, a África do Sul muda sua organização interna, remonta sua base institucional, redefine seus parâmetros de política doméstica e exterior, e a partir da reformulação das bases da política externa sul-africana, o espaço de atuação política internacional do país foi bastante ampliado.

A resolução dos conflitos regionais, a liberdade concedida a Nelson Mandela e o fim do banimento dos movimentos de libertação foram, sem dúvida, eventos muito importantes que marcaram o fim do Apartheid e o reingresso da África do Sul na comunidade internacional. Entretanto, a participação sul-africana na arena internacional não seria legitimada antes do antigo parlamento do *Apartheid* aprovar a *Transitional Executive Council Bill*, em setembro de 1993, das sanções que restaram serem retiradas, bem como, da histórica eleição de abril de 1994. A

ascensão de Mandela ao poder certamente alterou a reorganização interna, a partir de sua política de transformação social e política e também auxiliou na recomposição das relações externas do país. (PEREIRA, 2011. p. 24)

Diante da nova conjuntura e dos desafios que couberam ao primeiro governo depois do regime, a normalização das relações exteriores era entendida como uma das prioridades para que a situação interna pudesse ser, aos poucos, voltando a regularidade. A situação econômica do país, como já visto anteriormente, era uma das áreas mais afetadas pelo isolamento internacional sofrido pela África do Sul, e o reestabelecimento dessas relações era determinante para tentar reequilibrar o comércio internacional com o país.

Mandela se engajou na política externa além dos seus deveres legais e atividades ordinárias. O presidente assumiu uma postura ativa e se dedicou fortemente em torno da formulação e implementação da nova diplomacia do país. Os cargos de chefia dos departamentos de Defesa (DoD, da sigla em inglês), Comércio e Indústria (DTI) e de Assuntos Exteriores (DFA) foram designados membros do Congresso Nacional Africano, de confiança de Mandela. (BAHIA, 2012)

Dessa forma, Mandela podia observar a coerência das ações dos Departamentos de Assuntos Exteriores, de Defesa e de Comércio, com as suas diretrizes, mantendo o controle sob essas áreas que são aliadas aos interesses defendidos por Mandela internacionalmente.

Gallas (2007) sintetiza alguns fatores da política interna sul-africana que impactaram na mudança da linha de política externa do país, estando entre elas a maior participação do Parlamento na definição dessas diretrizes, maior participação de atores da sociedade civil na definição da política externa, principalmente ONGs (Organizações Não Governamentais) e centros acadêmicos, e, particularmente, o presidente, na figura de Nelson Mandela, à frente das relações internacionais.

O rearranjo da política interna e o estabelecimento de uma democracia, possibilitou que as questões internas sul-africanas fossem ouvidas e discutidas pela comunidade, e que a mesma participasse e influenciasse, mesmo que de forma ainda tímida, das decisões e das prioridades do governo. Da mesma forma que a África do Sul pode passar a fazer parte das questões africanas.

De acordo com Penna (2002), uma maior e ativa participação nos assuntos tangentes ao continente africano, por meio, principalmente, da admissão na SADC e na

OUA (Organização da Unidade Africana); o estabelecimento de boas relações com a União Europeia, Estados Unidos, América Latina e Ásia; a estruturação de relações bilaterais com Nações africanas e; a readmissão em foros multilaterais, passaram a ser as prioridades da nova África do Sul, pós-1994.

Em 1999, Mandela deixa o poder formalmente, mas não deixa de influenciar seu sucessor por meio de seus ideais, suas conquistas e seu legado. Em junho do mesmo ano, Thabo Mbeki, vice-presidente de Mandela, assume a presidência da África do Sul.

Muitas características do governo de Mandela, foram importantes na elaboração das diretrizes da política externa do governo de Thabo Mbeki. (PENNA, 2002) As questões socioeconômicas e securitárias, a cooperação Sul-Sul e o diálogo Norte-Sul, continuaram sendo questões estratégicas de política externa. (LANDSBERG, 2012)

A política externa do governo que sucedeu o de Nelson Mandela, seguiu, em linhas gerais, outros aspectos que nortearam o governo de Mandela. Mbeki deu grande espaço na agenda política internacional do país à integração regional, e aos assuntos relativos ao continente africano.

De Thabo Mbeki partiu também a adoção da ideia do *African Renaissance*, que não era nova, porém, antes não havia encontrado um cenário propício para sua aplicação. Segundo Gallas (2007), Mandela em 1994 já havia feito menção ao ideal do *African Renaissance*, durante a 30ª Reunião de Cúpula da OUA. Alguns acontecimentos possibilitaram que o discurso do Renascimento Africano ganhasse força, sendo alguns deles: a independência da Namíbia, a pacificação de Moçambique e o fim do *Apartheid*, nos anos de 1988, 1992, e 1994, respectivamente; o fim do colonialismo e as novas perspectivas vislumbradas com o processo de globalização. (CALICH, 2013)

A África Austral, bem como o continente africano, precisavam de reorganização e de perspectivas de renovação para enfrentar o crescente processo de globalização. As modificações na conjuntura austral, acima citadas, reforçaram os ideais do Renascimento Africano, e propiciaram um cenário adequado para a implementação dessa filosofia.

O *African Renaissance* estava ligado fortemente a uma retomada de valores africanos, e ao auxílio mútuo para que as lideranças africanas pudessem encontrar soluções, novas possibilidades e novos rumos para a África. O Renascimento Africano era um ideal de renovação das esperanças do continente. (GALLAS, 2007) O conceito do

*African Renaissance* seria futuramente utilizado como uma das bases para a criação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, da sigla em inglês NEPAD (*New Partnership for African Development*).

Calich (2013) diz que alguns dos objetivos e avanços gradativos pretendidos pelo Renascimento Africano, estão sendo mais significativos atualmente devido à influência da intensificação dos processos de cooperação e integração, como a cooperação Sul-Sul, por exemplo.

Em maio de 2009, Jacob Zuma assume a presidência sul-africana, sucedendo Thabo Mbeki. Zuma acaba demonstrando algumas características na eleição de suas prioridades de política exterior que vão de encontro àquelas que haviam sido traçadas no último governo.

As linhas gerais da política externa de Jacob Zuma, foram traçadas de forma similar àquela de Thabo Mbeki. Landsberg (2012) descreve sete pilares da política externa de Zuma:

- (1) preencher a lacuna entre política interna e externa, ou os chamados interesses nacionais;
- (2) promover a integração da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC);
- (3) priorizar o continente africano através do "Avanço Africano" (African advancement);
- (4) fortalecer as relações Sul-Sul;
- (5) melhorar as relações estratégicas com o Norte;
- (6) reforçar as relações políticas e econômicas, e
- (7) participar do sistema global de governança.

Em agosto de 2009, a Ministra Nkoana-Mashabane anunciou uma mudança no Departamento de Relações Exteriores, o DFA, que passou a se chamar DIRCO (Departamento de Relações Internacionais e Cooperação). O DIRCO é encarregado de gerir e coordenar a política externa e a diplomacia sul-africana. A modificação do nome do departamento responsável pelas relações exteriores do país com a introdução da Cooperação em sua própria nomenclatura sinaliza a relevância deste instrumento nas diretrizes da política externa sul-africana e demonstra a inclinação do país para usar deste mecanismo como ferramenta para a qualificação da sua reinserção na comunidade internacional. Cooperação esta, que foi fundamental nas relações multilaterais sul-africanas em âmbito global, principalmente nos anos seguintes a este.

Essas características demonstram, de forma geral, uma continuidade, ao menos na retórica, da política externa o governo de Nelson Mandela. Ou seja, assuntos como a

cooperação, a integração, a preocupação com o estabelecimento de boas relações com os demais países da África Austral, bem como com a África como um todo, ganham espaço importante na agenda política sul-africana, não havendo assim, quebra na linha de política externa pós-*Apartheid*.

### 3- A África do Sul e as Comunidades Econômicas Regionais da África Austral

O fim do *Apartheid*, proporcionou um redimensionamento político na África do Sul, tanto no que tange à política interna, quanto à política externa. Em sua nova forma de relacionar-se com o mundo, e em sua nova postura internacional, a África do Sul deu um passo de suma importância: a reaproximação com países vizinhos. Com isso, o país desenhou um novo padrão de inserção internacional, abrindo portas para a integração e cooperação também em âmbito regional.

El término integración también se utiliza muy a menudo para describir el proceso integrativo mediante el cual se alcanza la unidad entre las partes, o sea, la integración. Es decir que la palabra integración se utiliza para designar el proceso como el resultado final. [...] También es necesario destacar que la idea de integración trae implícito, casi necesariamente el carácter de regional, porque estos procesos de unificación pacífica sólo se están dando en ámbitos regionales, fundamentalmente entre Estados vecinos. (GINESTA, 1999, p.29)

As Comunidades Econômicas Regionais (CERs) são blocos econômicos sub-regionais africanos, que tem o compromisso com a integração regional. As CERs foram importantes para a África desde os anos 1960, quando da descolonização de grande parte dos países africanos por se tratarem de uma estratégia de desenvolvimento para o continente (MONTE, 2010). Dentre as Comunidades Econômicas Regionais, duas das mais dinâmicas estão situadas na África Meridional, e possuem como Estado pivô a África do Sul, são elas a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), e a SACU (União Aduaneira da África Austral).

Quando se trata de integração regional, faz-se referência a um tipo de regionalismo, este se dá quando países, geralmente vizinhos, unem-se para formular estratégias e políticas comuns que possibilitem que os mesmos direcionem seus esforços a um mesmo fim.

Embora sejam comunidades com objetivos e níveis diferentes de integração e

---

3 “O termo integração também é muito utilizado para descrever o processo mediante o qual se alcança a união entre as partes, ou seja, a integração. Isto é, o termo integração é utilizado para descrever tanto o processo, como o resultado final. [...] Também é necessário destacar que a ideia de integração traz implícito, quase necessariamente o caráter regional, porque esses processos de unificação pacífica só estão acontecendo em âmbitos regionais, fundamentalmente entre Estados vizinhos.” (Tradução nossa.)

desenvolvimento, SADC e SACU encaixam-se nos moldes do regionalismo, apresentando características de aproximação e coordenação de esforços entre países da mesma região para atingir objetivos comuns em relação ao desenvolvimento econômico e objetivos políticos, principalmente.

A integração regional caracterizou-se pela associação formal de países geograficamente próximos e com forte tendência a aproveitar o legado deixado pela era colonial. [...] A África Austral, utilizando-se de uma abordagem ampliada no que diz respeito ao conceito geográfico e que, no âmbito deste trabalho, compreende todos os países-membros da SADC (*Southern African Development Community*), apresentou evolução histórica diferenciada quando comparada com a África Ocidental. (OLIVEIRA; LESSA, p. 105, 106)

Por meio da sua participação na SADC e na SACU, a África do Sul mostra uma das faces do redimensionamento da sua política externa no pós-*Apartheid*: a integração regional.

### **3.1- A SACU – *South African Customs Union***

A SACU é a União Aduaneira mais antiga ainda em existência. Foi fundada no ano de 1910, fazendo parte dela África do Sul, Suazilândia, Botsuana, Lesoto, e posteriormente, após a I Guerra Mundial, a Namíbia.

A SACU foi idealizada pela África do Sul, que manteve a administração da União Aduaneira desde o ano de sua criação, 1910, até 1969, por meio de acordos entre os Estados-membros. Durante muito tempo, inclusive no período do *Apartheid*, a SACU foi a única forma de integração regional viável para a África do Sul, que praticamente quase não mantinha relações políticas com outros países africanos. Dentro da organização, os demais países-membros pouco podiam fazer quanto à liderança e administração sul-africana da União Aduaneira, por serem países menores e dependentes da África do Sul. (PENNA, 2002)

A SACU foi criada com o objetivo de ser um mecanismo que possibilitasse apenas a redução de tarifas, sem levar e conta as características particularidades de cada país, suas assimetrias e complementaridades. Entre os Estados-membros da SACU as assimetrias são maiores que as complementaridades. A África do Sul é mais voluptuosa economicamente, se comparada à Suazilândia, Botsuana, Lesoto e Namíbia, o que faz com que naturalmente a África do Sul seja a economia central desta União Aduaneira.

Com o fim do *Apartheid*, em 1994, e o redimensionamento da política externa sul-africana, incluindo seu novo posicionamento em relação aos vizinhos da África Austral, começaram negociações para a reforma do acordo de 1969. No ano de 2002, as negociações vindas desde 1994 culminaram na assinatura de um novo acordo entre os países-membros da SACU, levando em consideração as mudanças no cenário regional, como a independência da Namíbia e o fim do regime na África do Sul. No acordo de 2002, ficou estabelecida a criação de uma Secretaria independente, com o papel de supervisionar a SACU, além de outras instituições para buscar uma maior igualdade de oportunidades e participação dos Estados-membros. O acordo também trata da procura por uma maior coordenação de esforços em setores estratégicos; da questão do comércio internacional com países não-membros; e do desenvolvimento de estratégias visando o aumento da integração na África Austral, tanto política, como econômica, social e cultural.

De acordo com o artigo 7º do acordo de 2002, a composição institucional da SACU ficou disposta da seguinte maneira: Conselho de Ministros, Comissão, Secretaria, Conselho Tarifário, Organismos, e Tribunal. O Conselho de Ministros é o órgão superior de tomada de decisão do bloco. Sua função é supervisionar a implementação das políticas tarifárias da União Aduaneira.

A Comissão é composta por altos funcionários com a responsabilidade de implementar os estabelecimentos do Acordo de as decisões do Conselho. A Secretaria é uma instituição permanente da SACU, que além de coordenar a implementação das decisões do Conselho e da Comissão, se encarrega das funções diárias da instituição, entre elas o agendamento e a organização de reuniões, a divulgação de informações, e o registro de todas as operações da SACU, sendo depositária dos mesmos. O Conselho Tarifário, é responsável por fazer ao Conselho recomendações sobre medidas relacionadas à práticas de deslealdade comercial, medidas de compensação, reembolso, entre outras. Os Organismos estão em desenvolvimento, e são entidades destinadas a receber os pedidos de alteração das políticas tarifárias. O Tribunal ainda não foi implementado totalmente, e está com seu processo de desenvolvimento em andamento, e seu objetivo é que os Estados-membros recorram a esse Tribunal, em primeira instância, em caso de qualquer disputa dada entre os mesmos em relação ao possível descumprimento, ou diferença de interpretação em relação ao Acordo.

Conforme o artigo 2º do Acordo de 2002, estão entre os objetivos da SACU a facilitação da circulação de bens entre Estados-membros, a promoção da concorrência leal, o aumento das oportunidades de investimentos na SACU, a facilitação da divisão equânime das receitas obtidas através dos impostos cobrados, e a busca do desenvolvimento de estratégias e políticas comuns.

No entanto, mesmo com as recentes mudanças, quando dentro de um bloco as assimetrias são grandes, acabam por fortalecer e reforçar a posição do país central, aquele que possui mais recursos, poder político e de barganha. No caso da SACU, essas diferenças reafirmaram a posição central da África do Sul, que comparativamente aos outros Estados-membros é gigante economicamente. Já pelo lado da complementaridade, o fato desses países não terem produção diversificada e interessante aos demais, dificulta a troca comercial entre os mesmos.

A SACU esteve presente nas relações externas sul-africanas durante o regime, sendo uma importante via comercial durante o período de vigência do *Apartheid*. Para a África do Sul a SACU, durante muito tempo, teve papel de instrumento de controle sobre Suazilândia, Botsuana e Namíbia. Entretanto, as condições estabelecidas na União Aduaneira eram desiguais e favoreciam claramente a África do Sul. O fim do *Apartheid* e as mudanças na conjuntura da África Austral, favoreceram a elaboração de um novo acordo, e da introdução de uma estrutura institucional, procurando, assim, estabelecer benefícios mais equitativos e a diminuição das desigualdades de oportunidades entre os Estados-membros. A nova fase da SACU não a faz menos importante para a África do Sul, tampouco diminui o papel central da África do Sul neste processo, apenas tenta estabelecer condições relativamente mais justas para os países econômica e politicamente mais frágeis.

### **3.2 A SADC – *South African for Development Community***

A criação da SADC, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, foi precedida pela SADCC. Em 1980 foi criada a SADCC (Conferência de Coordenação de desenvolvimento da África Austral), por meio do Protocolo de Lusaka, assinado na cidade de mesmo nome, em Zâmbia. A SADCC era formada por Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. O objetivo inicial era de que a SADCC servisse como um instrumento que possibilitasse a sobrevivência e estabilidade política, o desenvolvimento econômico desses países e o avanço social.

As décadas que precederam a criação da SADCC foram de tensão e mudanças no cenário africano. As décadas de 1960 e 1970 foram de independência em grande parte dos países africanos, e da conseqüente procura por estabilização política e econômica das ex-colônias.

A maioria dos países-membros da SADCC estava enfrentando graves problemas econômicos e sociais tais como pobreza, atraso econômico, além da ameaça sul-africana de desestabilização da região. A tentativa da Conferência era de mobilizar e coordenar os esforços e os recursos desses países, e formular estratégias de apoio aos movimentos de libertação, e ainda buscar resistir às agressões vindas do regime do apartheid. (MURAPA, 2002)

A liderança da SADCC afirmava a dependência econômica desses países em relação à África do Sul. Logo, a principal ambição da Conferência era buscar medidas e adotar políticas que possibilitassem a integração econômica, visando a diminuição da dependência desses países tanto da própria África do Sul, mas também de países externos a SADCC. Alguns dos principais objetivos estratégicos da Conferência para alcançar a independência relativa, eram a promoção e coordenação da cooperação econômica e o estímulo a autoconfiança coletiva dos Estados-membros.

Cada país-membro se encarregava de uma pasta, e deveria empenhar recursos próprios para a implementação dos projetos da mesma. No entanto, nenhum Estado aplicou recursos suficientes que eram exigidos, o que acarretou em poucos projetos concebidos, desenvolvidos e postos em práticas sem que houvesse doação de recursos por um país externo à SADCC. (MURAPA, 2002)

Embora a Conferência não tenha obtido os resultados esperados — muito em função da falta da principal economia da África Meridional, a África do Sul, da necessidade parcial de doações externas e dos conflitos na região — alguns objetivos foram alcançados na área de comunicação e transporte, pesquisa agrícola e energia. A SADCC também foi responsável também pelo estabelecimento de uma base importante para a integração da região, ao conseguir manter unido um bloco de países com diferenças significativas internamente, mas que buscava o objetivo comum do desenvolvimento regional.

Com o fim do regime do *Apartheid* e uma democracia estabelecida na África do

Sul, o objetivo da SADCC passou a ser a formação de uma comunidade econômica regional. A SADCC deixaria de ser apenas uma Conferência entre países pertencentes à mesma região, para se transformar em uma comunidade com o intuito de desenvolver estratégias políticas para que os países da África Austral viessem a formar um bloco econômico. A SADCC é extinta, e passa a ser substituída pela SADC.

Em 17 de julho de 1992, a SADC foi criada por meio do tratado de Windhoek. A conjuntura austral impulsionou e favoreceu o avanço e deste processo de integração. Os processos de democratização na região, na década de 1990, com as negociações de paz na Angola e em Moçambique, a independência da Namíbia e o fim do regime segregacionista na África do Sul e a ascensão de uma democracia, que passou a priorizar a boa relação na região. O objetivo da criação da SADC era fazer com que os países da região se aprimorassem técnica e administrativamente, além de possibilitar uma inserção mais qualificada desses países no sistema internacional.

O fato do fim da Guerra Fria somado ao crescimento globalização econômica, fizeram com que aumentasse a complexidade dos desafios para o desenvolvimento africano. A necessidade de uma integração cada vez mais sólida, a coordenação de esforços regionais para a sobrevivência das economias frágeis também aumentou. (SANTOS, [s.d]) Com a criação da SADC, os objetivos deixam de ser somente o foco na questão da infraestrutura regional e da canalização de esforços na oposição ao regime que havia na África do Sul, os objetivos passam a ser mais amplos, visando o desenvolvimento e a cooperação regional, que já havia sido articulada com a extinta SADCC, agora aliada à entrada da África do Sul, que após o término do *Apartheid* passa pelo redirecionamento das suas políticas interna e externa.

A África do Sul adere ao Tratado de Windhoek em agosto de 1994, com a chegada ao poder do CNA (Congresso Nacional Africano), e o conseqüente redimensionamento da política externa sul-africana, a prioridade pela cooperação multilateral e o regionalismo. A entrada da África do Sul na SADC serviu também para amenizar a imagem de potência militar que havia sido construída pelo regime segregacionista.

Os princípios gerais da SADC são: o benefício mútuo, os direitos humanos, democracia, paz e segurança, e solidariedade e igualdade para/com os Estados-membros. Seus principais objetivos e metas estão baseados em protocolos que visam, principalmente,

o desenvolvimento e o crescimento econômico, a defesa da paz e da segurança regional, a criação de empregos, o incentivo a produção nacional, além da proteção da cultura e dos recursos naturais da região. (VISENTINI, 2010) Atualmente são membros da SADC os seguintes Estados: África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Após uma década da sua criação, houve a necessidade de uma análise da organização, feita por meio de um Comitê de Revisão, para que seus problemas fossem detectados, e para que soluções para os mesmos pudessem ser apontadas. Logo em seguida, foi proposta uma revisão estrutural da comunidade emitida pelo Comitê de Revisão, o *Report on the Review of Operation of SADC Institutions*, que se formalizou em 2001. A reforma na SADC contou com alteração no Tratado para possibilitar a reestruturação e a reforma institucional para corrigir diversos problemas, entre eles as dificuldades herdadas da transição da SADCC para a SADC, ou seja, da Conferência para a Comunidade. (SCHÜTZ, 2014) De acordo com o artigo 9º do Tratado Emenda de 2001, os órgãos da SADC passaram a contar com oito instituições, sendo elas: Cúpula de Chefes de Estado ou de Governo; Órgão de Política, Defesa, Segurança e Cooperação (Troika); Conselho de Ministros; Secretaria; Tribunal; Comissão Permanente de Altos Funcionários; Comissões Nacionais da SADC.

A Cúpula de Chefes de Estado ou de Governo é responsável pela orientação política e o controle das funções da SADC, e pela formulação das políticas do bloco. O Órgão sobre Política, Defesa e Segurança tem a responsabilidade de promover a paz e a segurança na região, e deve orientar e direcionar os Estados-membros em relação às questões de paz, defesa, segurança e estabilidade. O Conselho de Ministros tem a função de supervisionar o funcionamento e a implementação das políticas adotadas pela Comunidade, e sua composição é dada por Ministros de cada um dos Estados-membros. A Secretaria é encarregado do planejamento, coordenação e gestão dos programas da Comunidade, além da implementação de políticas e instituições do bloco. Ao Tribunal cabe a função de garantir a adesão e interpretação uniforme e adequada dos estabelecimentos do Tratado de Windhoek. A Comissão Permanente de Altos Funcionários é direcionado ao assessoramento técnico ao Conselho. As Comissões Nacionais são compostas por Ministros de cada Estado-membro e direcionadas à supervisão de áreas

específicas e centrais para a SADC, como por exemplo a Comissão de Comércio, Indústria, Finanças e Investimento.

Os países-membros da SADC apresentam intensos laços históricos, que levariam a África Meridional a ser uma região de fato, há muito tempo. A prova disso seria a forma com que a estrutura do sistema colonial se dava, contando, inclusive, com fluxo e deslocamento de mão de obra regional. A SADC, enquanto Comunidade Econômica Regional, serve como uma espécie de formalização dessa integração histórica. Seguindo a mesma linha de raciocínio, voltamos ao ponto da interdependência econômica, ao passo que historicamente essas economias estão conectadas, devido também à proximidade geográfica. (SANTOS *[s.d.]*)

Para a África do Sul, o acesso a recursos naturais estratégicos é uma das vantagens que o país pode tirar proveito. O exemplo disso é a preferência que o país tem na exploração de minérios para serem utilizados pela própria indústria sul-africana. É de interesse do país também, o desenvolvimento econômico regional, visto que é benéfico para que o país possa sustentar seu próprio desenvolvimento. Um dos fatores que explica esse interesse é que o mercado regional é importante para a África do Sul, pois para esse mercado o país vende os produtos com maior valor agregado. Nesse sentido a SADC é um importante veículo facilitador e estimulador do comércio regional, principalmente após o estabelecimento do Protocolo de Livre Comércio.

A SADC, assim, concretiza-se como instituição central no processo de integração da África Austral, tanto pela sua abrangência geográfica, quanto pelo seu escopo mais amplo, contemplando tanto questões políticas quanto econômicas. (SCHÜTZ, 2014, p.83)

Embora a SADC seja uma importante via de integração, apresenta também desafios. No que tange à proximidade dos países da SADC, África do Sul sendo o país pivô dessa CER, e tendo uma economia estável e organizada relativamente aos demais países-membros da SADC, acaba correndo riscos de ter sua economia sobrecarregada. A questão da imigração de mão de obra não qualificada é outro desafio para o país, que já sofre com um índice considerável de desemprego, que segundo as fontes oficiais do governo sul-africano, chegaram a 23,9% no último trimestre de 2013.

No entanto, a reaproximação com os países vizinhos que iniciou como parte de uma reestruturação da política externa sul-africana, foi tomando maiores proporções. Entre

riscos e ganhos, nota-se facilmente que o regionalismo é uma via indispensável, que faz parte da estratégia de inserção global da África do Sul. Isso se dá tanto pela relevância dessas relações para a África do Sul, como do próprio país para ambas Comunidades.

O regionalismo desenvolvimentista, característico dos processos de integração da África Austral, não só fortalece as relações multilaterais, mas favorece também o estreitamento das relações bilaterais entre os Estados-membros da SADC. A SADC além de funcionar como um mecanismo de integração e cooperação, para a África do Sul é a comprovação de uma estratégia bem-sucedida do rearranjo das relações internacionais e regionais sul-africanas pós-*Apartheid*.

#### **4- A reinserção da África do Sul no continente africano.**

A nova postura sul-africana frente ao continente expressou a intenção da busca pelo desenvolvimento e união dos africanos para conseguir amenizar e resolver os próprios problemas do continente. Nesta nova era, iniciativas de líderes africanos, como o *African Renaissance*, de Thabo Mbeki, tomaram forma e se concretizaram em avanços e novas perspectivas para todo o continente.

A perspectiva de integração da África não é nova e se inscreve no movimento da globalização, iniciado há quase um século. As integrações africanas em nível regional e sub-regional, criadas nos anos sessenta, multiplicaram-se a partir de 1970. Fundadas geralmente pela proximidade geográfica e pela comunidade linguística dos países que a compõe, essas integrações regionais perseguem os mesmos objetivos e, notadamente, a coordenação dos programas e políticas para favorecer o crescimento econômico e o desenvolvimento. (DIALLO, 2011. p.93)

Sendo assim, o objetivo deste capítulo é identificar em que aspectos que o redimensionamento da política externa sul-africana impactaram nas suas ações no continente.

##### **4.1- O NEPAD – *New Partnership for African Development***

A origem ideológica do Nepad (Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano) está no *African Renaissance*, uma filosofia adotada por Thabo Mbeki, baseada no resgate dos valores africanos. O Renascimento Africano, foi norteador da política externa sul-africana, bem como de um dos Planos constituintes do Nepad.

A criação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África se deu através da união de três planos estratégicos que visavam o desenvolvimento do continente africano: o Plano do Milênio, o Plano Ômega, e o Programa da ONU.

O Plano do Milênio tratava de aspectos mais amplos, que iam desde a reconstrução econômica até a de caráter social do continente. O Plano Ômega foi mais enfático e dizia respeito basicamente à economia sul-africana e às questões relativas à infraestrutura. Já o Programa elaborado pela ONU, também fazia menção à reconstrução do continente, envolvia a divisão das responsabilidades e a participação de atores externos.

No ano de 2001, em Lusaka, ocorreu a 37ª Cúpula da OUA (Organização da Unidade Africana), onde foi adotada a *New African Initiative*, e em outubro do mesmo ano

renomeada como Nepad. O Nepad foi criado a partir da análise da situação de marginalização do continente africano e da escassa participação do continente no fluxo de transações comerciais e econômicas internacionais.

Sobre a discrição do Nepad, Visentini (2011) diz:

[...] Um plano de ação multissetorial, que oferece uma barganha com o Ocidente: a promoção da prática política e econômica em troca de ajuda internacional e investimentos. Pode-se interpretar o Nepad como resultado do amadurecimento de várias tentativas anteriores de reconstrução do continente: seu primeiro componente surgiu por volta de 1996, sob o nome de African Renaissance, como parte da Nova política africana da África do Sul. No final dos anos 1990, Thabo Mbeki concretizou a proposta do African Renaissance em um plano de desenvolvimento continental, intitulado Millennium Partnership for African Recovery Programme (MAP). (VISENTINI, 2011, p. 192)

A África do Sul foi um dos Estados que propiciou e influenciou fortemente na criação do Nepad. A nova política externa sul-africana, e mais especificamente a política externa de Mbeki, no caso do Nepad, foi determinante. A ideia de promover a integração e a cooperação regional, e condições para o desenvolvimento sustentável do continente, fazem parte das características da política externa sul-africana pós-Apartheid.

No ano de 1996, o primeiro plano que compôs futuramente o Nepad foi adotado. O Renascimento Africano, conceito que deu a base para a política externa sul-africana no mandato de Thabo Mbeki, seu idealizador, foi o que norteou também a criação de um plano por Mbeki, no final da mesma década, o Plano do Milênio (MAP). O Plano do Milênio, baseado na filosofia do *African Renaissance*, consistia na busca pela recuperação do continente africano do ponto de vista econômico, político, social e cultural, e também pelo desenvolvimento do continente.

O Plano do Milênio, atraiu a atenção e o apoio de outros líderes africanos, que associaram-se à ideia e ao Plano de Mbeki. Os presidentes Osbanjo, da Nigéria, Bouteflika da Argélia, e Mubarak, do Egito, representantes de polos importantes de poder na África, reforçaram o apoio político ao plano.

O segundo dos planos que basearam o Nepad, foi o Plano Ômega de A a Z. Este plano foi uma iniciativa do presidente senegalês na época, Abdoulaye Wade. O Plano Ômega foi proposto simultaneamente ao Plano do Milênio, no entanto, ao passo que o

Plano do Milênio tratava de questões mais amplas, de cunho ideológico e de desenvolvimento, o Plano Ômega era basicamente técnico e econômico, e voltava-se, principalmente, à questões relacionadas a infraestrutura.

Embora, o Plano do Milênio e o Plano Ômega tenham grande importância, ainda há um terceiro componente base do Nepad, um Programa para a Recuperação da África, elaborado pela Organização das Nações Unidas. Segundo Kabunda (2011), este “Insistió en el partenariado, la transparencia mutua y el papel fundamental de los actores externos.”<sup>4</sup>

A fusão desses planos, e a sua transformação na *New African Initiative*, e, posteriormente, no Nepad, se traduziram na principal estratégia, ainda no âmbito da OUA, para recuperar o continente africano e permitir uma maior inserção da África no sistema internacional.

Alguns dos objetivos do Nepad consistem na promoção do desenvolvimento, na mobilização de recursos e atração de investimentos para o continente, garantia de paz e de segurança, investimento em setores estratégicos, na cooperação e integração regional, e com isso alcançar mais um dos objetivos do Nepad: fazer com a África saísse da marginalização no sistema internacional.

Se fundamenta na filosofía del partenariado, y defiende la idea de la responsabilidad compartida y de los intereses mutuos entre la comunidad internacional y África, para conseguir el desarrollo del continente a partir de la integración regional y de la incorporación de África em la economía mundial. (KABUNDA, 2008. p.101)

O Nepad mesmo não sendo uma instituição, e não estabelecendo, em função disso, normas explicitando direitos e obrigações em tratado – e por isso sofre, por vezes, críticas por não estar nas normas do Direito Internacional (DIALLO, 2011) – seus signatários devem compreender os objetivos da Parceria, e conseqüentemente aquilo que deve ser entendido como seus direitos e obrigações. A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África parte da análise e reflexão dos africanos sobre seus próprios problemas e suas prioridades, e do apontamento de soluções para os mesmos, para possibilitar a promoção do desenvolvimento. Logo, a responsabilidade da resolução, ou da busca por ela, deve partir dos próprios africanos, e do seu engajamento coletivo. Essa lógica nos remete

---

<sup>4</sup> “Insistiu na parceria, na transparência mútua e no papel fundamental dos atores externos.” (Tradução nossa).

novamente a ideologia do *African Renaissance*, ou seja, do renascimento africano pelos próprios africanos.

Para nortear a condução para o desenvolvimento africano, o documento criador do Nepad aponta a ligação entre três pilares: democracia, direitos humanos, e boa governança. A partir delas, os signatários do Nepad devem criar condições de paz e segurança, além de zelar pelos próprios direitos humanos, democracia, e boa governança econômica e política.

O Nepad é um plano integrado e multissetorial que trata das questões centrais e prioritárias do continente africano. Isso faz com que mesmo que ele seja uma parceria que visa o desenvolvimento, não se restrinja aos fatores econômicos, e busque o desenvolvimento político e social também. Nessa Parceria o compromisso é de buscar o espaço da África no sistema internacional. (KABUNDA, 2011)

Embora seja elaborado e aplicado pelos africanos, faz parte da estratégia de desenvolvimento do Nepad a participação de investidores estrangeiros, promovendo parcerias, firmadas sobre os princípios da interdependência e do respeito mútuo entre os Estados, que não deve apenas basear a parceria entre as Nações africanas, mas também deve nortear as relações da África com a comunidade internacional. (DIALLO, 2011)

As estratégias de multilateralismo e integração, podem servir de meios para que os países, principalmente os em desenvolvimento, alcancem o crescimento mútuo, pois, este tipo de estratégia facilita a coordenação de políticas econômicas, que servem também para a atração de investimentos. Além disso, o multilateralismo propicia a obtenção de vantagens para esses países e dão condições de melhor concorrência.

Sobre os frutos do Nepad, Aurre e Jaén (2005, p.92) dizem: “[...] Ha alcanzado em la actualidad la consideración de principal iniciativa de origen africano para la incerción satisfactoria del continente africano em la economia mundial”<sup>5</sup>.

Dentro do continente africano, a África do Sul demonstrou, com isso, que aqueles ideais do Renascimento Africano, quando aplicados e aliados a ideias complementares, poderiam ajudar, sim, se não no renascimento completo do continente, ao menos no impulso para o seu desenvolvimento pelas mãos, principalmente, dos próprios africanos.

---

5 “Alcançou na atualidade a consideração de principal iniciativa de origem africana para a inserção satisfatória do continente africano na economia internacional.” (Tradução nossa.)

A liderança refletida nas áreas de execução do paradigma circular concêntrico de política externa também é evidente na maneira pela qual a África do Sul ligou-se à embrionária transformação da arquitetura institucional do sistema interafricano, especificamente, a transição da Organização da Unidade Africana (OUA) em União Africana (UA), além do lançamento da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) [...]. (KORNEGAY, 2010. p.138)

Frente ao importante papel da África do Sul na esfera regional, continental e da inserção do país como potência emergente em âmbito global, possuiu-se a discutir o seu papel como liderança africana. No entanto, mesmo sendo o Estado-pivô em duas das principais Comunidades Econômicas Regionais – SADC e SACU – e de ser um país economicamente forte se comparado aos demais países da África Austral, sua grande influência e participação ativa na criação do Nepad, e de ser o representante africano no BRICS (Grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e IBAS<sup>6</sup> (Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul), grupos de suma importância nas relações internacionais atuais, existe a contestação de Estados africanos a respeito da “liderança sul-africana” do continente. A própria África do Sul nega a esse posto, mesmo que, na prática, de certa forma, seja a porta-voz do continente por meio da atuação da sua política externa, que após 1994, assumiu forte caráter multilateralista.

O NEPAD e os recursos mobilizados por esse plano beneficiaram a estratégia de inserção econômica da África do Sul no continente africano. O *African Renaissance* acompanha ideologicamente a ofensiva sul-africana de exportação, e veste esta estratégia, que já gerou bastante rejeição e preocupação com tendências hegemônicas sul-africanas com roupas mais suaves, progressistas e consensuais. (DÖPCKE, 2002. p.151)

Ao incorporar as bases do Renascimento Africano no Nepad, os ideais nele inseridos foram ampliados, tomaram maior proporção. O Nepad conseguiu, por meio de uma doutrina sul-africana, introduzir de forma relativamente rápida a África do Sul no comércio do continente. Além da interação e da aproximação política promovida pelo New Partnership for African Development, as relações comerciais e econômicas também foram afetadas, tendo em vista que o desenvolvimento objetivado pela parceria diz respeito não só aos aspectos sociais, de democracia, governabilidade, paz e direitos humanos, mas diz respeito também aos demais aspectos que envolvem essas relações e o próprio

---

6 A Cooperação Sul-Sul, o Fórum IBAS e o grupo BRICS serão expostos no próximo capítulo.

desenvolvimento econômico dos países africanos que se inserem nessa parceria.

A África do Sul colheu bons frutos vindos do Nepad. A parceria fortaleceu vínculos, e possibilitou sua estratégia de reinserção na África, por meio da partilha e da cooperação na busca de soluções africanas para os problemas do continente, e da sua participação ativa, este processo multilateral de coordenação de esforços, possibilitou a reinserção sul-africana no continente.

## **5- As relações sul-africanas pós-Apartheid no âmbito da cooperação Sul-Sul**

Na lógica internacional, a estratégia do multilateralismo também se mostra eficiente para a África do Sul. Os investimentos dos países emergentes e as parcerias formadas com os mesmos em diferentes setores, inclusive de cooperação técnica, possibilitaram que o Brasil, a China e a Índia se tornassem novos e importantes atores nas relações internacionais sul-africanas.

Segundo Lima (2005), entende-se por cooperação Sul-Sul, a coordenação e articulação política entre os países em desenvolvimento do Sul, em questões multilaterais no contexto atual de globalização. Atualmente dois grupos de países considerados potências emergentes tornaram-se de grande importância nas relações internacionais contemporâneas, o IBAS, Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (G3), e os BRICS, Grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. As relações bilaterais entre Brasil e África do Sul também são inseridas neste contexto.

Este contexto de maior aproximação entre países do Sul pode ser identificado como um tipo de *cooperação horizontal*, objetivando-se uma concentração com vistas à obstrução das desigualdades internacionais dirigidas pelos países desenvolvidos do Norte, bem como ações conjuntas com vistas ao enfrentamento de problemas domésticos semelhantes. (RODRIGUES, 2010. p.45)

Neste capítulo, o nível de análise será o global, isto é, as relações internacionais sul-africanas além do continente africano, por meio do estudo de caso do Fórum de Diálogo IBAS, do grupo BRICS e das relações bilaterais contemporâneas entre África do Sul e o Brasil.

### **5.1 – O IBAS: Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul**

Criado em junho de 2003, por meio da Declaração de Brasília, na capital brasileira, o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul nasceu como uma forma de arranjo da cooperação Sul-Sul. O IBAS reforça a ideia de multilateralismo entre as potências emergentes que visam o desenvolvimento. No caso específico da África do Sul, os ideais de cooperação e de diálogo próximo com os países em desenvolvimento é fruto da articulação das novas diretrizes da política externa pós-1994, onde a estratégia do multilateralismo se faz presente nos diferentes âmbitos das relações internacionais sul-africanas.

Os países que formam o IBAS compartilham de posições e interesses comuns em relação a cooperação para o desenvolvimento e democracia. Os interesses convergentes são importantes, pois, facilitam a construção de uma agenda política favorável aos interesses do Fórum como um todo, e ao mesmo tempo, a cada um dos países nas suas estratégias particulares de política externa.

[...]O novo desenho da política internacional tem, nos países do Sul, atores de real importância, e os países em desenvolvimento reconhecem essa nova condição e por ela articulam meios de maior projeção no ambiente internacional. A institucionalização de coalizões Sul-Sul é percebida como um recurso válido e estratégico para a melhor forma de inserção dos países no ambiente internacional[...]. (RODRIGUES, 2010. p.46)

Os países que formam o IBAS possuem proximidades e disparidades. Ao mesmo tempo em que tem entre si, níveis assimétricos socioeconômicos e de desenvolvimento, os três países são considerados potências regionais.

Os diálogos cooperativos bilaterais entre estes três países localizam-se na chamada cooperação Sul-Sul. Trata-se de um mecanismo de defesa dos interesses dos países subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento, cuja principal característica é a cooperação entre esses Estados nas áreas mais sensíveis ao seu desenvolvimento, como por exemplo, Ciência e Tecnologia, infraestrutura, comércio, meio ambiente, saúde pública e direitos humanos, com o objetivo de reduzir suas vulnerabilidades externas. Ainda, a cooperação Sul-Sul permite melhor qualificar o nível de resposta desses países, promovendo a articulação política entre os mesmos e desenvolvendo seu poder de enfrentamento perante o sistema internacional. (BUENO, 2010. p.1, 2)

A África do Sul, embora seja contestada como líder regional, através do redimensionamento da sua política externa, passou a ter uma participação ativa no âmbito regional, por meio do seu papel relevante nas instituições da África Austral, como na esfera continental através da atuação ideológica e pragmática de seus líderes pós-*Apartheid* nas organizações africanas. A participação no IBAS junto à Brasil e Índia, acaba levando as questões africanas para discussão em âmbito global através da voz sul-africana, muitas vezes contestada por outros países do continente.

A reação de contestação em relação a liderança (informal) sul-africana do continente tem entre suas motivações a desconfiança provocada por medidas de desestabilização do antigo regime, e a recepção de imigrantes no país, que não é vista

com bons olhos por esses países. A questão que envolve ambivalências, ressentimentos, e por vezes dependência desses países em relação à própria África do Sul, ao que tudo indica não interferem na tendência dos países não-africanos, de tratarem a África do Sul como porta-voz e liderança africana, mesmo que sem consenso ou consentimento dos demais países africanos, levando em conta a postura multilateral e a atuação do país nas suas relações internacionais pós-Apartheid.

Os três pilares do IBAS, de acordo com Bueno (2010), são a coordenação política, a cooperação setorial, por meio de Grupos de Trabalho (os chamados GTs), e o Fundo IBAS, este com o objetivo de alívio da fome e pobreza.

A coordenação política é facilitada pela proximidade de interesses e princípios, como já dito anteriormente. A cooperação setorial se dá por meio da atuação de dezesseis Grupos de Trabalho, que possuem autonomia para organizar e agendar suas reuniões, onde tratam de assuntos culturais, econômicos, agricultura, ciência e tecnologia, meio ambiente, recursos naturais e energia, por exemplo. São eles: I) Agricultura; II) Cultura; III) Defesa; IV) Educação; V) Energia; VI) Meio Ambiente; VII) Saúde; VIII) Assentamentos Humanos; IX) Sociedade da Informação; X) Administração Pública; XI) Administração Tributária e Aduaneira; XII) Ciência e Tecnologia; XIII) Desenvolvimento Social; XIV) Comércio e Investimentos; XV) Transportes; e XVI) Turismo. O Fundo para alívio da fome e da pobreza já atuou em países de diferentes continentes, como Guiné-Bissau, Haiti e Cabo Verde. A articulação entre os três pilares do IBAS, reforçam a coordenação política para atingir os objetivos do Fórum.

A partir de 2008 começa a haver uma maior participação de atores da sociedade civil em fóruns paralelos entre esses países. Seminários e eventos dos mais diversos setores, como saúde, cultura, turismo, ciência e tecnologia são organizados com a participação de intelectuais, acadêmicos e líderes de negócios indianos, brasileiros e sul-africanos. Começa a acontecer, então, uma integração de base, ou seja, interação e compartilhamento cultural e de conhecimento mútuo. A integração de base é aquela que envolve a sociedades dos países, e complementa a interação de vértice, que é aquela promovida pelas autoridades de cada Estado, em suas participações em Fóruns e reuniões de Chefes de Estado e de Governo.

A cooperação trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul reflete e aprofunda tanto

as relações bilaterais entre esses países, quanto fortalece seus vínculos dentro do BRICS. Segundo Kornegay (2010), a dimensão geoestratégica do IBAS, que liga América Latina, África e Ásia, torna a África do Sul um ponto central, que liga o Atlântico Sul ao Oceano Índico, além do país servir de acesso geoeconômico ao mercado africano. Ainda, segundo o autor, a lógica geoestratégica já não se faz presente no BRICS, o que somado ao fator da visível assimetria entre as grandes potências emergentes (China, Rússia, Brasil e Índia) frente à África do Sul, considerada potência média entre os grandes, e, no entanto, grande entre os demais países africanos, faz com o IBAS seja, principalmente para este país, mais interessante.

Sobre os países que fazem parte do IBAS, Giaccaglia (2010. p.4) aponta: “Los países de IBSA contituyen claros ejemplos de poderes medios emergentes al contar con un importante liderazgo em cada una de sus regiones sumado a um rol destacado em sucesivas y simultaneas negociaciones globales.”<sup>7</sup> Há de se destacar que o caminho percorrido por Brasil e Índia no âmbito regional, enquanto lideranças é anterior ao da África do Sul.

Esta coalizão Sul-Sul formada por meio deste Fórum de Diálogo tem o propósito de usar a força coletiva para aumentar o poder de barganha desses países, frente aos países desenvolvidos do Norte. Para isso, o IBAS envolve mecanismos objetivos e práticos, como os próprios Grupos de Trabalho e o Fundo IBAS.

O processo de constituição de coalizões internacionais tem ocupado papel central na dinâmica das negociações multilaterais e regionais de comércio, particularmente no que tange às perspectivas de reequilíbrio de forças centro-periferia no sistema internacional.(OLIVEIRA; ONUKI; OLIVEIRA, 2006. p.465)

A agenda do Fórum revela a sua preocupação não somente com o desenvolvimento e a busca por soluções das questões sensíveis referentes aos países que formam o IBAS, mas reflete também a busca desses países em exercerem o papel de potências regionais.

Para a África do Sul, a participação no IBAS reforça o papel de “voz africana” na esfera global, levando consigo os interesses da África Austral e do continente africano. A

---

7 “Os países do IBAS constituem claros exemplos de potências médias emergentes, contando com importante liderança em cada uma das suas regiões, somado ao destaque de sucessivas e simultâneas negociações globais.” (Tradução nossa.)

criação do IBAS, em 2003, impulsionada pelo então presidente Thabo Mbeki, condiz com suas diretrizes de política externa da África do Sul pós-*Apartheid*, que prioriza o multilateralismo, a cooperação e a integração como estratégias para a qualificação da reinserção internacional do país, e da manutenção das suas relações internacionais atuais.

Numa perspectiva da iniciativa em si, trata-se de um esforço conjunto entre países em patamares de desenvolvimento distinto, porém, complementares, destinado a ser um instrumento de correção das desigualdades internas, mais especificamente, de problemas sociais, políticos e de produção de conhecimento, o que possibilitará a concretização de uma cooperação mais simétrica e equitativa entre os seus respectivos membros. Ao levar em consideração o estabelecimento desta cooperação, o Fórum IBAS constitui-se, conseqüentemente, como um forte mecanismo de coordenação político-econômico destinado às mudanças na arquitetura da governança global, em termos de redesenho social, econômico, político e, com especial atenção, da segurança internacional, o que se verifica com os seus postulados de reforma do sistema global de segurança coletiva. (PACHECO, 2010. p. 103)

A cooperação Sul-Sul, por meio do IBAS, tem característica trilateral, e busca por meio da coordenação de esforços visando o desenvolvimento. Este processo de coalizão internacional, busca o fortalecimento dos países do Sul para aumentar seu poder de barganha, além de almejar o desenvolvimento de outros setores.

## 5.2 – O BRICS: grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

No ano de 2001, um estudo da Goldman Sachs apontou os países indicados como promissores no cenário internacional. Brasil, Rússia, Índia e China, potências emergentes foram apontadas pelo estudo como economias que teriam espaço crescente no cenário internacional. Estes quatro países foram apelidados de *briks*<sup>8</sup>, que daria origem ao acrônimo BRIC, poucos anos depois.

O BRIC surgiu no ano de 2006, como mecanismo de articulação de política entre os países considerados potências emergentes, Brasil, Rússia, Índia e China, que passaram a incorporar os objetivos da cooperação entre estes países em suas políticas exteriores.

Em 14 de abril de 2011, na cidade de Sanya, China, durante a III Cúpula do BRIC foi anunciada a entrada da África do Sul no grupo. Após o ingresso sul-africano, a sigla foi

---

8 Briks, significado de tijolo, em inglês.

transformada e passou a contar com o “S”, identificando a África do Sul (South Africa), e tornando-se BRICS. A África do Sul teve seu ingresso possibilitado devido a sua atual relevância econômica no continente africano, sua representatividade no continente tanto política quanto geográfica.

Desde Sudáfrica se tenía la percepción de que quedar fuera del grupo significaba la exclusión de África de la toma de decisiones em las estrategias globales Sur-Sur y dejarla a merced de los intereses económicos de las potencias emergentes.

<sup>9</sup>  
(MARASSO, 2013. p.5)

A adesão sul-africana ao grupo teve incentivo do Brasil e da China, que contrariaram alguns estudos que apontavam outros países como melhores capacitados à adesão, inclusive dentro da própria África. Todavia, os fatores diferenciais na argumentação para o ingresso sul-africana no grupo, foram além dos critérios econômicos e levaram em consideração o fator histórico particular do país e a representatividade que a África do Sul assumiu no continente africano, no período pós-*Apartheid*.

[...] Es posible afirmar que, siben Sudáfrica no es equivalente al resto de los miembros económicos no se puede perder de vista su rol como nexo entre los BRICS y el resto del continente. Sus menores atributos económicos se compensan cuando se valora no sólo por ellos sino como un trampolín para explotar todo el potencial del continente africano. [...] Si no los BRIC están dispuestos a seguir por el camino de la búsqueda de un mayor reconocimiento em el escenario global tanto a nivel político como económico, entonces no pueden ignorar a África y para llegar a ella empezar por Sudáfrica es una buena

<sup>10</sup>  
alternativa. (NARDI, 2011. p.5)

O grupo visa a cooperação, e a articulação política para atingir os objetivos nas áreas de: estatística, agricultura, cultura, think thanks, ciência e tecnologia, legislativo, cooperativas, saúde, comércio e investimento, bancos de desenvolvimento, economias e

---

9 “Desde a África do Sul se tinha a percepção de que ficar fora do grupo significava a exclusão da África da tomada de decisões nas estratégias globais Sul-Sul e deixá-la a mercê dos interesses econômicos das potências emergentes.” (Tradução Nossa)

10 “[...] É possível afirmar que mesmo que a África do Sul não seja equivalente economicamente ao resto do continente, não se pode perder de vista sua ligação entre os BRICS e o resto do continente. Seus menores atributos econômicos se compensam quando se valora não só por eles, mas também como trampolim para explorar todo o potencial do continente africano. [...] Se os BRICS estão dispostos a seguir pelo caminho da busca pelo reconhecimento no cenário global tanto a nível político como econômico, então não podem ignorar a África, e para chegar a ela, começar pela África do Sul é uma boa alternativa.” (Tradução Nossa)

finanças, foro empresarial, cidades-irmãs, segurança e estratégia, e cortes supremas.

Os BRICS embora não sejam uma organização, representam um novo ator no sistema internacional contemporâneo. A forma com que os países integrante do grupo passaram a lidar com as crises do sistema internacional, e a crescente interna e conjunta do grupo, aumentam cada vez mais a relevância do mesmo na comunidade internacional.

Dentro do grupo, após o ingresso da África do Sul, passou a haver um reforço das relações trilaterais com Índia e Brasil, por meio do IBAS e de suas relações bilaterais, que se fortalecem simultaneamente.

A entrada sul-africana nos BRICS amplia ainda mais a cooperação e o multilateralismo nas relações internacionais da África do Sul na era democrática. Embora, as disparidades dentro do BRICS sejam ainda maiores do que as já encontradas em relação ao Brasil e à Índia, no âmbito do IBAS, é inegável a relevância de se ter um ator africano, representando os interesses próprios e do continente, ao lado de grandes potências emergentes como Brasil, Rússia, Índia e China.

[...] A adição sul-africana contraria o elemento seminal dos BRICS, qual seja, a pujança econômica do país-membro; sua contribuição dá-se, sim, pelo elemento político e democrático ao fornecer um exemplo, mesmo que incompleto e imperfeito, da saída virtuosa de uma crise social complexa – exatamente a fórmula que se busca hoje no e para o mundo. (PFEIFEFR, 2012. p.80 e 81)

Sendo o multilateralismo uma via sul-africana para a reinserção internacional após décadas de isolamento durante a vigência do *Apartheid*, é importante que ela se dê em âmbito intercontinental como forma de complementar a estratégia já bem-sucedida na esfera regional e continental.

Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul possuem características diferentes em diversos aspectos, e são distintos principalmente quanto ao aspecto econômico, o que em uma primeira análise poderia dificultar a cooperação entre eles. No entanto, somadas as similaridades e complementaridades, como a dimensão geográfica, política e econômica regional e continental, amenizam-se as diferenças e consegue-se a formação de um grupo forte, e com condições de representatividade no sistema internacional.

Fonseca (2012. p.14) cita apenas um exemplo da complementaridade dos membros do BRICS, reforçando a ideia da soma das potencialidades para a cooperação:

A China é hoje um dos motores da economia internacional; a Rússia tem peso próprio em matéria de segurança, dada a dimensão de seu arsenal nuclear e relevância do mercado de energia; a Índia vale pelo peso demográfico e pela influência regional, além de ser a maior democracia 'real' do mundo; a África do Sul é ator estratégico em uma área crescentemente importante como produtora de *commodities*; e o Brasil é ator fundamental em negociações sobre desenvolvimento sustentável ou comércio.

A cooperação entre os atores não se restringe ao plano político. Os países também tem promovido eventos entre acadêmicos, empresários, intelectuais, entre outros, como forma de cooperação e integração de base em setores estratégicos.

O fim do *Apartheid* e a readequação e reestruturação da política interna e externa sul-africana levou o país ao reestabelecimento de relações que haviam sido abaladas durante a vigência do regime.

Com a crescente pressão internacional e as sanções estabelecidas nas últimas décadas do regime, a África do Sul havia sido afastada cada vez mais da comunidade internacional. O Brasil, redemocratizado, logo após um longo período de ditadura, no ano de 1985, também estabeleceu sanções à África do Sul.

Em 1985, consoante a redemocratização do Brasil, a intensificação da pressão internacional sobre a África do Sul e o recrudescimento interno nesse país contra a maioria negra (por exemplo, o estado de emergência, decretado em 1985 pelo governo de P. Botha), o governo brasileiro patrocinou o decreto-lei proibindo todas as atividades de intercâmbio cultural e esportivo com a África do Sul, além de reafirmar a proibição de venda e/ou trânsito de armas em território nacional que se destinassem àquele país. [...] De qualquer maneira, é preciso registrar tal decisão como uma manifestação política democrática da fase de isolamento oficial que Brasília estava reafirmando e reforçando contra Pretória. (PENNA, 2010. p.170)

Após o fim do regime, e o redimensionamento da política externa sul-africana, e com a virada nas relações internacionais do país, as relações com o Brasil também foram normalizadas, e as sanções impostas foram à África do Sul foram revogadas entre 1992 e 1994. Com isso, ao passar dos anos, as relações bilaterais Brasil-África do Sul foram intensificadas e chegaram a um patamar inédito.

Além da reaproximação política ocorrida com o fim do *Apartheid*, o seu crescimento econômico e sua posição como potência regional emergente

contribuiu para o aumento das relações bilaterais. Como a maior economia africana – não apenas pelo seu tamanho, mas também por ser o principal acesso para distribuição de bens para o resto do continente – o país representa um grande mercado em potencial para as exportações brasileiras e uma conexão privilegiada com o continente. (VISENTINI, 2011. p.231)

A cooperação entre o Brasil e os países africanos é crescente. A política externa brasileira para os países africanos nos últimos governos, em especial durante o governo Lula, estabeleceu novos vínculos e aprofundou as relações com o continente. Com a África do Sul, em especial, as relações bilaterais foram reforçadas por meio da participação nos Fóruns IBAS e BRICS, como uma espécie de círculos concêntricos, que possibilitaram o estreitamento do diálogo entre ambos, além de possibilitar a cooperação setores diversos.

De acordo com Penna (2010), após a democratização na África do Sul, e a consequente reintegração do país à comunidade internacional, o multilateralismo é a área mais propícia para ambos estabelecerem relações de cooperação, já que compartilham de interesses convergentes.

Essas relações de médio e longo prazo, baseadas nas relações multilaterais, são possíveis devido ao fato do Estado usar o multilateralismo como estratégia não só de reinserção internacional no momento pós-*Apartheid*, mas também de manutenção dessa estratégia como forma de ampliar as possibilidades obtidas por meio desse mecanismo, onde alguns dos frutos são a integração e a cooperação.

A cooperação entre Brasil e África do Sul dada no âmbito das relações via IBAS e BRICS, também ocorre bilateralmente. Os países assinaram a partir de meados da década de 1990 diversos acordos de cooperação em campos como saúde, cultura, cooperação científica e tecnológica, além da cooperação técnica.

África do Sul e Brasil avançam paralelamente na cooperação Sul-Sul, sendo o Brasil um aliado importante para a África do Sul, e esta, uma das portas no continente africano para as pretensões da política externa brasileira para a África.

A África se tornou a região onde a diplomacia brasileira realizou seus maiores avanços. Se as conquistas podem ou não ser revertidas, é uma questão para discussão, mas o fato é que a Cooperação Sul-Sul estabelecida tem sido multidimensional, o que sinaliza para sua continuidade. Mais ainda, as relações

Brasil-África, atualmente, transcendem o nível bilateral, possuindo grande significado global. (VISENTINI, 2011. p. 215)

A cooperação (principalmente neste âmbito) não fazia parte dos planos políticos internacionais da África do Sul durante o *Apartheid*. A democratização do país, bem como a nova estrutura da política externa sul-africana possibilitaram, entre outros níveis a cooperação com os países do Sul. A cooperação Sul-Sul, instrumento de convergência, que utiliza deste mecanismo para buscar o desenvolvimento do Sul.

## 6- Considerações Finais

Este trabalho partiu da hipótese de que o redimensionamento da política externa sul-africana foi fator condicionante para a reinsertão qualificada do país no sistema internacional, buscando identificar qual o padrão de insertão da África do Sul na comunidade internacional após o término do *Apartheid*. Para possibilitar essa identificação, foram utilizados três níveis de análise, o regional, o continental e o global, por meio da observação de instituições e arranjos políticos internacionais equivalentes aos níveis de análise, sendo eles, respectivamente, a SADC e a SACU, o Nepad, e os Fóruns IBAS e BRICS.

Por meio da análise da estratégia de reinsertão internacional da África do Sul, observa-se o papel fundamental do multilateralismo no rearranjo das relações internacionais sul-africanas pós-*Apartheid*, nos três âmbitos propostos.

Inicialmente, tem-se a reaproximação com os países da África Austral e a integração regional como prioridades da África do Sul nas suas relações exteriores após-1994. A aceitação por parte dos seus vizinhos, foi fundamental para que o país pudesse se inserir, de fato, paulatinamente, nos assuntos relativos à região, e aumentar assim, a participação nas organizações e instituições regionais.

Na esfera continental, uma das doutrinas políticas adotadas por um dos líderes sul-africanos pós-*Apartheid*, Thabo Mbeki, teve importância fundamental no desenvolvimento e na criação de uma das principais iniciativas recentes para o desenvolvimento do continente. O Renascimento Africano baseou o Plano do Milênio, um dos planos originários do Nepad, que somado a outros dois planos deu origem à Nova Parceria para o Desenvolvimento da África.

Os países que de certa forma lideraram o processo de cooperação Sul-Sul, tem como característica comum, além do fator geográfico, serem potências regionais. Logo, entende-se que a afirmação da África do Sul como líder regional e potência continental é fundamental para que possa aumentar também sua relevância no cenário internacional, o que não seria possível durante o isolamento internacional e de restrição das relações internacionais do país, no período em que a África do Sul vivia sob a vigência do *Apartheid*.

Dentro da conjuntura internacional, somados os três níveis de análise, observa-se o

contraste extremamente significativo da associação da política interna e da política externa sul-africana. Durante o período do *Apartheid*, o país chegou a um nível elevado de isolamento internacional, onde sofreu diversas pressões e sanções relacionadas à injusta situação interna do país, o que prejudicou sua economia, sua sociedade e suas relações internacionais.

No entanto, ao livrar-se do fardo da política oficial de segregação racial, a África do Sul passou a construir uma nova história, onde reorganizou sua economia, adotou uma Constituição democrática e humanamente justa, elegeu um ex-prisioneiro político como o seu primeiro presidente da era da democracia, e primeiro presidente negro, este, ainda, se tornou figura emblemática dessa nova história sul-africana, trata-se de Nelson Mandela, responsável por liderar também o redimensionamento da política externa sul-africana pós-*Apartheid*, estabelecer diretrizes que servem até hoje de base para a formulação das relações exteriores do país. Mandela priorizou a relação com os países vizinhos, sem tampouco esquecer o continente africano e os países além-África. O crescimento político e econômico, e o papel central em importantes organizações do continente tornou a já grande África do Sul, ainda maior. Embora se comparada às grandes potências emergentes ainda seja relativamente pequena, quando se trata do continente africano, a África do Sul se firmou como uma das lideranças do continente, participando ativamente não só das questões relativas ao continente, bem como de importantes fóruns internacionais ao lado de grandes potências emergentes, de peso político, econômico e diplomático.

O regionalismo, voltado para o desenvolvimento, e a cooperação Sul-Sul passaram a ser assuntos com espaço significativo na agenda internacional sul-africana pós-*Apartheid*, o que é benéfico para o país, tendo em vista a nova conjuntura internacional, e o espaço cada vez maior para os arranjos multipolares.

No nível de análise regional, bem como no nível continental e no global, se confirma a hipótese de que a política externa pós-1994, conduziu o país ao multilateralismo como padrão de inserção internacional, e usou nesse redimensionamento mecanismos de cooperação e integração, sendo no âmbito regional, possibilitado pela reaproximação com os países vizinhos, e a adesão à SADC; na esfera continental, como apontado neste trabalho, pela cooperação nas responsabilidades e problemas africanos, por meio do Nepad; e, na arena internacional, o grande avanço em termos multilaterais

globalmente, através da participação no Fórum de Diálogo Trilateral IBAS, e no grupo BRICS.

É possível observar, por meio da atuação internacional da África do Sul após o *Apartheid*, que o redimensionamento da política externa sul-africana possibilitou a formação de novos arranjos cooperativos e de integração. O multilateralismo pode ser considerado como fio-condutor para a reinserção qualificada do país no sistema internacional, podendo-se identificar este mecanismo nos três níveis de análise abordados no trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AURRE, Eduardo Bidaurratzaga; JAÉN, Artut Colom. **Regionalismo y Estrategias de Desarrollo em África: implicaciones y retos del Acuerdo de Cotonú y el Nepad.** *Revista de Economia Mundial*, n. 12. [s.i], 2005.
- BAHIA, Bernardo Ramos. **Libertação e Política Externa na África do Sul: uma análise interpretativa das transformações na estrutura de tomada de decisão.** I Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais; Brasília, 2012.
- BARBOSA, Rubens. **O Brasil e os BRICS: policy paper** (p.245-252). In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional.* Funag; Brasília, 2012.
- BAUER, Gretchen; TAYLOR, Scott D. **Politics in Sautern Africa: State and society in Transition.** Lynne Rienner Publishers, London, 2005.
- BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **África do Sul: A rede de ativismo transnacional contra o Apartheid na África do Sul.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2011.
- BUENO, Adriana Mesquita Corrêa. **Os três pilares institucionais do Fórum de Diálogo Índia - Brasil - África do Sul (IBAS): coordenação política, cooperação setorial e Fundo IBAS.** VI Congresso do CEISAL “Independências – Dependências - Interdependências”. Toulouse; 30 junho - 3 julho / 2010.
- CALICH, Ana Paula de Mattos. **A Inserção da África no Sistema Internacional: assimetrias e novas possibilidades.** Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI): O Atlântico Sul como Eixo da Inserção Internacional do Brasil; Porto Alegre, 21 a 23 de maio de 2013.
- CASTRO, Thales. **Elementos de Política Internacional: Redefinições e Perspectivas.** Juruá Editora, Curitiba, 2005.
- CERVO, Amado Luiz. **Conceitos em Relações Internacionais.** *Revista Brasileira de política internacional*, v.51, n.2. [s.i.], 2008.
- CHAMON, Paulo Henrique. **Apresentando “os BRICS e as transformações na ordem internacional”: identidade e transformação nos estudos dos BRICS.** *Estudos Internacionais*; PUC-RIO, v.1, n.1. Rio de Janeiro; janeiro-junho, 2013.

- CHISSANO, Joaquim Alberto. **Cooperação África e Brasil no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD)**; Aula Magna UFGRS. UFRGS Editora, Porto Alegre, 2004.
- COUTO, Estêvão Ferreira. **Multilateralismo em Direitos Humanos e Política Externa Brasileira na OEA**. *Cena Internacional*, ano 8, nº1, junho 2006.
- DIALLO, Alfa Oumar. **Renascimento Africano e desenvolvimento**. *Revista Conjuntura Austral*. v.2, n.6 [s.i]; Jun/Jul 2011.
- DÖPCKE, Wolfgang. **Uma nova política exterior depois do Apartheid?: Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974-1998**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, [s.i.] 1998.
- FARLEY, Jonathan. **Southern Africa: Making of the Contemporary World**. Routledge Taylor & Francis Group; London, New York, 2008.
- FERREIRA, Wallace. **Política Externa do Governo Lula: coalizões ao Sul como alternativa multilateral**. *Revista Debates*, v.3, n.1; Porto Alegre, jan/jun, 2009.
- FONSCECA, Gelson Jr. **BRICS: notas e questões**. (p.13-30) *In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Funag; Brasília, 2012.
- GALLAS Daniel Russman. **A Política Externa da África do Sul de 1994 aos dias de hoje: condicionantes internos e externos**. Dissertação de Mestrado. UFRGS; Porto Alegre, 2007.
- GIACCAGLIA, Clarissa. **El Foro de Diálogo Trilateral IBSA: Índia, Brasil y Sudáfrica**. *Otro Sur Digital*; Rosário, Año 1, n.1, 2011.
- GINESTA, Jacques. **El Mercosur y su contexto regional e continental: una introducción**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.
- JAMINE, Eloísio Benedito. **Multilateralismo e regionalismo na ordem econômica internacional: OMC e SADC: o processo de integração regional na SADC**. II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do “Programa San Tiago Dantas”. (UNESP, UNICAMP e PUC/SP; São Paulo, 2009.
- KABUNDA, Mbuyi. **Integración regional en África: Obstáculos y alternativas**. **Observatorio sobre la Realidad Social Africana**. Universidad Autónoma de Madrid,

Madrid, 2008.

KABUNDA, Mbuyi. **La Unión Africana y el Nepal: mitos y realidad.** *Revista Analisis*, v.2, n.6; Madrid, Jun/Jul 2011.

KANTER, Marcelo. **O Brasil e a África Austral: Bilateralismo e Multilateralismo.** XXIII Salão de Iniciação Científica. UFRGS; Porto Alegre, [s.d.]

KORNEGAY, Francis A. **A África do Sul como potência Emergente: dilemas especiais e dimensões de segurança.** In: VISENTINI, Paulo Fagundes; Pereira, Analúcia D. [et al] *África do Sul: História, Estado e Sociedade.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

KORNEGAY, Francis. **A África do Sul, o Atlântico Sul e a equação IBAS-BRICS: o espaço transatlântico em transição.** *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.2, n.3. [s.i] Jan/Jun, 2013.

LANDESBERG, Chris. **A Política Externa do Governo Jacob Zuma.** *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.1, n.1; Porto Alegre, Jan/Jun 2012.

LEWIS, Jeffrey D. **Reform and Opportunity: the changing role and patterns of trade in South Africa and SADC.** *Africa Region Working Paper Series*, n.14. [s.i.] Março, 2006.

LIMA, Maria Regina Soares de. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul.** *Revista Brasileira de Política Externa*, [s.i.] 2005.

MENEZES, Alfredo; PENNA, Pio. **Integração Regional: os blocos econômicos nas Relações Internacionais** (p.147 – 167). Elsevier Editora; Rio de Janeiro, 2006.

MORASSO, Carla Maria. **Los intereses de Sudáfrica como BRIC.** *Revista Conjuntura Austral*, v.4, n.18. UFRGS. Porto Alegre, 2013.

MURAPA, Rukadzo. **Southern Africa Development Community (SADC): Towards political and economic integration. / A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): rumo à integração política e econômica.** *Revista Impulso*, n.31. Tradução: Cristina Paixão Lopes. [s.i.], 2002.

NARDI, Valentina. **El ingreso de Sudáfrica abre las puertas de África a los BRICS.**

*Programa de Estudios America-Latina – África*; Universidad Nacional de Rosario. Rosario, 2011.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de; ONUKI, Janaína; OLIVEIRA, Emmanuel de. **Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul.** *Contexto Internacional*, v.29, nº 2. Rio de Janeiro, jul/dez 2006.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. **Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação.** São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

OURO-PRETO, Affonso Celso de. Nova Confirmação de Poder. (p.67-78). In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. FUNAG; Brasília, 2012.

PACHECO, Silvestre Eustáquio Rossi. **Multilateralismo e Cooperação Sul-Sul: o Fórum de Diálogo IBAS no marco das relações internacionais entre Brasil, Índia e África do Sul.** Tese de Doutorado. Universidade Católica de Minas Gerais; Belo Horizonte, 2010.

PAUTASSO, Diego. **A África no Comércio Internacional do Grupo BRIC.** *Meridiano* 47, v.11, n.120. [s.i] Jul/Ago, 2010.

PENNA, Pio. **A parceria Sul-africana no contexto das relações Brasil-África.** In: VISENTINI, Paulo Fagundes; Pereira, Analúcia D. [et al] África do Sul: História, Estado e Sociedade. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

PENNA, Pio. **A Parceria Sul-africana nas relações Brasil-África.** In: VISENTINI, Paulo Fagundes; Pereira, Analúcia D. [et al] África do Sul: História, Estado e Sociedade. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

PENNA, Pio. **África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918 – 2000).** *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.44, n.1; Brasília, Jan/Jun, 2001.

PENNA, Pio. **African Renaissance e a política externa sul-africana nos anos 1990.** Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos (ALADAA). [s.i.], 2002.

PEREIRA, Analúcia. **A (Longa) História de Desigualdade na África do Sul** (p.79-108). *Philia & Kliá*; Porto Alegre, v.2, n.1; Jan/Jun 2012.

- PFEIFER, Alberto. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional** (p79-88). In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. FUNAG; Brasília, 2012.
- PIMENTEL, José Vicente de Sá [et al]. **O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional**. FUNAG; Brasília, 2012.
- RIZZI, Kamilla Raquel; SCHÜTZ, Nathaly Xavier. **Política Externa da Nova África do Sul: reinserção e reafirmação regional**. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.3, n.5; Porto Alegre, Jan/Jun, 2014.
- RODRIGUES, Diego de Freitas. **Cooperação Horizontal Sul-Sul arranjos de concentração política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul**. *Revista Brasileira de Política Internacional*; [s.i.], 2010.
- SANTOS, Juliana Soares. **A África do Sul e a Integração Regional na África Austral**. Brasília, [s.d.].
- SCHÜTZ, Nathaly Xavier. **Integração na África Austral: a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os condicionantes históricos e políticos para a integração**. Tese de Doutorado. UFRGS; Porto Alegre, 2014.
- VISENTINI, Paulo F.; CEPIK, Marco Aurélio; PEREIRA, Analúcia D. **G3 – Fórum de Diálogo IBAS: uma experiência de cooperação Sul-Sul**. Editora Juruá; Curitiba, 2010.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na Política Internacional: O Sistema Intraficano e sua Inserção Mundial**. Juruá Editora, Curitiba, 2011.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações Internacionais da Ásia e da África**. Editora Vozes, Petrópolis, 2007.
- VISENTINI, Paulo Fagundes; Pereira, Analúcia D. [et al] **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
- WYK, Jo-Ansie van. **A sociedade sul-africana em transformação: alguns mitos e realidades**. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; Pereira, Analúcia D. [et al] **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

**Referências em meios eletrônicos:**

<http://www.ansa-africa.net/>

<http://www.gov.za/>

<http://www.sadc.int/>

<http://www.sadc.int/member-states/>

<http://www.sacu.int/>

<http://dfa.gov.za/>

<http://ipea.gov.br/forumbrics/>

<http://itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics/>

<http://cdes.gov.br/>